

Autonomia do feireiro – uso da economia na emergência subalterna da feira-livre de Itabuna-Ba (1950-1957)

Erahsto Felício de Sousa *

Resumo: O início da década de 1950 começou em Itabuna com as exigências das classes hegemônicas ao poder público local, no sentido deste construir um mercado municipal para a cidade. As críticas à feira-livre ressaltavam o roubo nos pesos e medidas e a condição anti-higiênica do ambiente. A intervenção urbana e o tabelamento de preços pareciam as únicas soluções capazes de frear a carestia dos preços de alimentos e insubordinação daquele território ao poder público local. Entretanto os feirantes enfrentavam tais investidas com o aumento dos preços tabelados e com a ameaça ao abastecimento da cidade. Jogando com a situação econômica regional os feirantes conseguiram instituir um domínio territorial da feira-livre impedindo o funcionamento do tabelamento de preços e a construção do mercado municipal.

Palavras-chave: Feira-livre; Itabuna,BA; subalterno.

Abstract: The beginning of the 1950s began in Itabuna with the demands of the hegemonic classes to local public power in the sense of building a market town to town. The criticism of fair free-emphasized the theft in weights and measures and anti-hygienic condition of the environment. The urban intervention and price lists seemed the only solution capable of halting the price of food scarcity and insubordination that territory to the local public. Meanwhile the fair faced such attacks with the increase in tariff prices and the threat to supply the city. Playing with the regional economic situation the fair managed to establish a territorial area of the fair, preventing the free operation of the tariff and the construction of the municipal market.

Key-words: Fair; Itabuna, BA; subaltern.

Com uma arrecadação anual superior a sete milhões de cruzeiros o município não possui em sua sede um mercado, a Prefeitura não tem sede condigna, a Cadeia Pública continua inacabada e em péssimas condições higiênicas, a cidade não tem uma praça de desportos à altura de sua população, não há luz, a água é um problema, até o asseio público deixa a desejar.¹

Esta foi uma das muitas queixas que o jornal *Voz de Itabuna* (órgão ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro na cidade) apresentou sobre a cidade de Itabuna no início da década de 1950. Para o periódico local, cumprir tais reivindicações seria necessário para “dotar a cidade e o seu povo de melhoramentos essenciais á sua vida civilizada”². Tratava-se de uma demanda por melhoramentos dos equipamentos urbanos, por uma reforma urbanística, pela

* Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, mestrando e bolsista do CNPq.

¹ *Voz de Itabuna*, 04.03.1950, p. 01. Arquivo Público Municipal de Itabuna José Santas (APMIJD). Manterei as citações conforme na fonte, não atualizando a linguagem ou corrigindo eventuais erros de impressão, de gramática e etc.

² *Ibidem*.

modernidade de Itabuna³. A construção do mercado *municipal* – substituição da *feira-livre* – estava em primeiro lugar nesta lista de reclamações e tinha importância capital para fortalecer a crítica do PTB à administração do prefeito Ubaldino Brandão que enfrentava eleições aquele ano.

Localizada no centro da cidade, a feira-livre era criticada por ser anti-higiênica, reduto de práticas criminais e marginais, por não respeitar a fiscalização municipal, por roubar em pesos e medidas e etc. A construção do mercado-municipal viria a ser a solução para tamanhos problemas, a medida para a modernização de um espaço vital da cidade. O problema foi que na ânsia de modernidade o poder público tentou organizar um monopólio da modernização, mas os feirantes (podiam ser também chamados de feireiros) também sabiam fazer usos desse fenômeno, o que acarretou sérios problemas para as sucessivas administrações municipais, mas sobretudo para as classes hegemônicas na cidade. Os feirantes não apenas se opunham à urbanização da feira-livre, como utilizaram de estruturas de dominação gestadas pelas classes hegemônicas para criar uma oposição às tentativas de intervenção em seus domínios.

Neste artigo irei abordar as tentativas de controle da feira-livre de Itabuna e a luta dos feirantes pela manutenção do termo *livre* na feira. O objetivo é mostrar que fenômenos como a modernidade, mas também a própria estrutura econômica de uma região pode ser (e neste caso foi) usada por grupos subalternos para a construção de seus territórios e para a defesa de suas formas de viver.

Desde os primeiros projetos de intervenção urbana de Itabuna, planejados nas décadas de 1920 e 1930, a atenção para com o território da feira-livre já era um elemento fundamental dos projetos de cidade que as classes hegemônicas nutriam. Em 1941, o então prefeito Francisco Ferreira apresentou o decreto lei nº 9 com fim de desapropriação de moradias precárias para realizar a “construção de um grande mercado para a cidade de Itabuna” em caráter inadiável.⁴ Entretanto nenhum mercado foi construído. Passados 14 anos, o prefeito Francisco Ferreira volta ao executivo municipal, através das eleições de 1954, e em seu primeiro ano de governo, o mercado municipal volta a ser alvo de ações do executivo e de novos alaridos publicitários. Dessa vez não há desapropriações, entretanto um empréstimo de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00) seria tomado da Caixa Econômica Federal ou de “qualquer estabelecimento de crédito” “para a construção de um grande

³ O termo “melhoramento” é descrito como comum por Partha Chatterjee para designar o benefício do colonizador ao colonizado ainda no período do colonialismo britânico sobre a Índia. Este termo é, por assim dizer, um jargão da modernidade colonial. (CHATTERJEE, 2004: 31).

⁴ *Jornal Oficial. Município de Itabuna – Estado da Bahia (JOMI)*. 18.10.1941, p. 01. APMIJD.

mercado municipal e compra de um patrulha mecânica para a construções rodoviárias”⁵. Novamente as ações realizadas em nome da grande obra do mercado não produziram qualquer efeito na substituição da feira-livre.

Como o Francisco Ferreira, outros tantos governantes de Itabuna buscaram intervir, ao menos discursivamente, no que tangia a feira-livre da cidade, entretanto passada toda a década de 1950 – e até a próxima – não houve construção de um mercado municipal. Em parte o discurso de intervenção na feira-livre conferia autoridade às ações da municipalidade, oportunizando até mesmo casos de corrupção, como provavelmente foi o uso indevido do empréstimo de vinte e cinco milhões de cruzeiros na gestão de 1954 de Francisco Ferreira. Por outro lado, as práticas dos próprios feirantes não contribuíam para o ideal intervencionista dos governos municipais.

“Nenhum ponto desta cidade está a exigir mais os cuidados da fiscalização municipal que a feira local, onde dificilmente se encontra uma balança legal”. É assim que iniciava uma matéria do *Voz de Itabuna* em fevereiro de 1950. O jornal afirmava que não havia fiscalização de pesos e medidas na feira-livre, e por isso era raro encontrar um peso que marcasse a quilagem correta. A matéria segue e afirma que “a falta de acanhamento de certos barraqueiros ao impingir-nos o seu quilo anêmico raia, às vszes, pelo cinismo”. O grande problema, para a folha, estava no fato desta situação permanecer em meio à suposta crise de carestia a que todos passavam. Contudo a queixa não se refere apenas a falta de pesos corretos, a matéria ainda informa que os feirantes tinham liberdade para estipular os preços de seus produtos, não obedecendo a quaisquer outros critérios:

*Logo que as autoridades são impotentes para baixar custo de vida, procurem, ao menos, fazer alguma coisa, porque podiam fazer muito se quisessem no sentido de encurtar o desenfreamento dos negociantes que possuem balanças desajustadas. Assim é que não pode continuar, o povo entregue à ganancia desalmada de vendedores sem consciência, que vendem por quanto querem e tem pesos preparados para tripicarem-lhes os lucros, à custa da população espoliada.*⁶

Queixas como esta buscavam mostrar os feirantes como gananciosos, desalmados, sem consciência, ladrões, desonestos... Tantos adjetivos para meros trabalhadores informais advinha de um conceito de feira-livre vigente à época. Meus contemporâneos provavelmente entendem que a feira-livre é realizada por feirantes, proprietários de barracas que trabalham nos dias regulares de feira, e por isso geralmente não são os reais produtores das mercadorias: compram-na e revendem aos fregueses. Entretanto esta noção era condenável nos anos de 1950, onde a feira-livre, em termos ideais, pressupunha a realização de um comércio direto

⁵ JOMI, 01.10.1955, p. 09.

⁶ *Voz de Itabuna*, 11.02.1950, p. 04.

entre produtores e fregueses. Isto não ocorria de forma generalizada em Itabuna. Em geral o feirante já era um trabalhador consolidado, responsável pela compra das mercadorias e pela venda nos dias de feira-livre e nos outros dias, como ambulante.

Um outro elemento extremamente presente nas queixas à feira-livre era o caráter anti-higiênico desta. Observemos uma matéria que denuncia esta condição:

*A falta de higiene campeia em nossa feira, sem a devida assistência dos fiscais. Após o desarmamento das barracas, as bancas de carne e os caixões empregados para depósito de farinha são afastados para um canto, para utilização futura. Em um destes caixões, segundo nos informou uma testemunha de vista, tem dormido, netas últimas semanas, uma mulher doente. Mas não há apenas isso. As bancas servem, muitas vezes, de leito, onde são praticadas toda sorte de safadezas e patifarias. O nosso povo, inocente de todas essas ocorrências, adquire os produtos que são expostos. O caso é sério e merece uma averiguação da parte das autoridades competentes.*⁷

A feira-livre é considerada “reduto anti-higiênico” especificamente pelo usos que os feirantes fazem desse lugar, pela forma como conduzem sua atividade. Reutilização de bancas de carne, não recolhimento dos caixões, e o menos singelo de todos os usos, transar nas bancas – o que o espírito eminentemente moralizador do cronista cristão chamou de “toda sorte de safadezas e patifarias”. Eram os costumes subalternos dos feirantes que tornavam a feira-livre anti-higiênica, porém este discurso só se firmava na elisão do fato desta mesma feira localizar-se ao lado do canal do Lava Pés, então córrego onde eram jogados os esgotos da cidade e que desembocava no Rio Cachoeira (rio que banha a cidade).

Todo este conjunto de críticas à feira-livre e aos feirantes marcavam uma luta pela subordinação destes últimos e pelo controle da primeira pelas classes hegemônicas locais e pelo governo municipal. A construção do mercado municipal viria a reorganizar aquele território em termos aceitáveis para os projetos modernizadores. Sendo um mercado gerido pelo poder municipal as punições aos feirantes infratores poderia ser inclusive a expulsão do próprio mercado, sem contar que os critérios de higiene e uso da feira seria regimentado pela administração municipal. Este projeto, entretanto, sofria com a resistência dos próprios feirantes e pelo poder que estes detinham em Itabuna.

A feira-livre era gerida por uma estrutura de conveniência através dos códigos de comportamento e de obrigações que podem “possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori 'não ligados'” (CERTEAU, 1996: 47). Esta conveniência “mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo

⁷ Voz de Itabuna, 25.11.1950, p. 01.

social”, ela é gerenciamento simbólico do lugar (Ibidem: 49). A feira-livre possuía um gerenciamento simbólico, uma educação do grupo social. Vejamos um exemplo.

Em 1951 os senhores Orlando Silva Machado e Manoel Alves da Rocha foram multados em cem cruzeiros por ter “por ter vendido faltando 300 gramas em 2 quilos” e “por ter vendido 1 kl. de carne faltando 150 gramas”, respectivamente⁸. É sabido que a carne verde tinha aumentado de Cr\$ 7,00, o quilo, para Cr\$ 7,50 em julho de 1951⁹. Como imagem hipotética para um probleminha de matemática, eu admitirei – muito embora sabendo da improbabilidade – que ambos vendedores usaram o preço conforme tabelado. Os dois vendedores de carne foram multados em Cr\$ 100,00, e teriam faltado com a mesma proporção: Orlando, 300 gramas em 2 quilos e Manoel, 150 gramas em um quilo. Multados no mesmo valor por terem faltado com a mesma proporção, o fato é que Orlando teria cobrado Cr\$ 15,00 por um produto que na verdade valeria Cr\$ 12,75, ficando com Cr\$ 2,25, e Manoel, por sua vez, Cr\$ 7,50 num produto que valeria Cr\$ 6,37, ficando com Cr\$ 1,12. Pois bem, este problema de matemática nos assegura que embora multado no mesmo valor, Orlando e Manoel tiraram vantagens diferentes: o primeiro vendeu mais e por isso ganhou mais. A multa, então, não acompanhava o lucro retirado da operação ilícita. Estes sujeitos provavelmente tiravam partido dessa situação, e sobretudo da situação de pouca fiscalização. Ainda mais, se pensarmos que numa mesma publicação de multas temos dois comerciantes de carne que faltaram com a mesma proporção, é possível pensar que esta podia ser uma prática racionalizada e organizada: a cada quilo é possível tirar até 150 gramas.¹⁰ Esta hipótese encontra também eco na própria fala de um crítico dos feirantes, o então professor de português Hélio Menezes, que em sua crônica *Comentários, vasculhando*, afirmou que “a carne que se adquire numa barraca ao repesar-mo-la em outra balança faltam sempre 100 a 150 gramas”¹¹.

O que quero afirmar é que são experiências dos feirantes instituem um ensinamento das próprias formas de agir na feira-livre. Neste sentido, o que os jornais acusavam como roubo no peso (e que era de fato) já era uma prática instituída no costume de retirar 100 até 150 gramas de um quilo de um determinado produto. Mas esta organização da feira não está inscrita apenas nas práticas ilícitas: ela existe na própria arte de fazer a feira-livre.

A feira-livre de Itabuna começava muito antes dos sábados e da armação de barracas

⁸ JOMI, 21.07.1951, s/p.

⁹ Este aumento foi recusado pela câmara de vereadores da cidade, que julgou o aumento abusivo e sem justa explicação, entretanto passou a valer sem que se chamassem os abatedores de autônomos, desrespeitosos ou etc. *Voz de Itabuna*, 13.07.1951, p. 01.

¹⁰ JOMI, 21.07.1951, s/p.

¹¹ *Voz de Itabuna*, 20.01.1950, p. 02.

próximo à praça da Estação de Trem. Por exemplo, o senhor José Antônio, vendedor de farinha, em 1957 foi de Paó (próximo à atual cidade de Gandu) até Itabuna para comercializar seu produto¹². Como Itabuna estava no centro do que chamamos de Região Cacaueira, espaço onde a maior parte do solo destinava-se ao cultivo do cacau, produto alimentício para exportação, aqueles que transportavam as mercadorias precisavam cumprindo longos percursos para a feitura desta feira-livre aos sábados. Poucas eram as roças ou fazendas que produziam produtos para subsistência alimentar da própria região, esta sobrevivia do intercâmbio entre as regiões fronteiriças (como era Paó, próximo também à Ituberá) que produzindo pouco cacau, eram capazes de alimentar o eixo Ilhéus-Itabuna. Por esta própria dinâmica de fluxo de mercadorias vindas de outras regiões e da periferia da região Cacaueira, os feirantes de Itabuna precisavam se acercar do domínio de espaço de troca aos sábados, buscando manter uma harmonia entre aqueles que traziam as mercadorias e os fregueses que queriam comprá-las por preços menores.

Entretanto o que me auxiliou a entender esta auto-organização da feira de acordo com a cultura subalterna, mediada pela conveniência foi a união dos feirantes no período em que se buscou instituir o tabelamento municipal de preços. Entre 1950 e 1951 a fiscalização municipal começou a se preocupar com o aumento dos preços dos produtos vendidos à feira, e tomou por iniciativa o tabelamento de alguns gêneros. O prefeito Miguel Moreira por vezes liderou reuniões com fim de fixar preços de produtos e assegurar que estes seriam vendidos na cidade com respeito às decisões administrativas.

Com fins de que este projeto do executivo municipal fosse cumprido, o *Voz de Itabuna* apresentou matéria criticando a falta de um departamento de fiscalização da prefeitura, um órgão que deveria ser “rigoroso e intransigente”, sem o qual a tabela de preços que estava em formação, ainda em 1951, não teria qualquer valia. O editor da matéria justificava tal assertiva afirmando que: “a experiência nos ensinou que os feireiros não respeitam decisões. São autônomos. Fixam preços a seu bel prazer e conforme o capricho que lhe acode na ocasião. Aumentam-nos com velocidade assombrosa, de comum acordo, de sábado para sábado”. A insubordinação dos feirantes aos poderes municipais foi apresentada nesta matéria como o fato de não respeitarem “decisões” da municipalidade e por serem “autônomos”, ou seja, independentes da estrutura de poder que administra Itabuna. O desrespeito às decisões e a autonomia são elementos depreciados que reforçam a face política dos feirantes na cidade. Digo “dos feirantes” porque a agência de insubmissão parece ser realizada “de comum

¹² A *Tarde*, 31.01.1957, p. 02.

acordo” entre os feirantes. Neste sentido a idéia de desrespeito de decisões e autonomia parece valer para a relação feira-livre-municipalidade, e não para os feirantes em geral, pois além de dependerem uns dos outros, respeitavam as decisões tomadas em coletivo. Decisões estas que eram projetadas velozmente, “de sábado para sábado”, ou seja, de feira em feira. Ambos elementos, insubmissão e união dos feirantes, eram elementos que corroboravam a crítica aos feirantes, entretanto esta representação também os apresentava, mostrando como eles detinham tamanho poder: são independentes e unidos. Esta unidade contra as novas normas municipais desagradava em cheio as classes hegemônicas, que bradavam:

*Deduzindo-se com facilidade os culpados, resta tão sòmente abrir contra eles cerrada campanha, Não será fácil subordiná-los à ordem, vez que estão acostumados a agir livremente, não tomando conhecimento de qualquer interferência pública em seus **negócios** vantajosos. E' o que vem sucedendo desde que o sr. Prefeito Municipal estiipulou alguns preços; as ordens terminantes não foram acatadas nem uma só vez e até serviram de chacota; numa provocação visível, os gêneros tabelados subiram de preço. Quem comprou na feira passada deve saber bem disso...*¹³

Para as classes hegemônicas o tabelamento municipal foi uma das alternativas encontradas para subordinar os feirantes em um momento em que se vivia alta dos preços dos produtos alimentícios e aumento da tuberculose na cidade. Por outro lado o tabelamento representava a busca de um maior controle por parte dos governantes municipais dos serviços de abastecimento da cidade, então sob total responsabilidade dos feirantes, uma vez que inexistiam supermercados e que as quitandas, vendas e granjas, em geral, eram abastecidas pelos próprios negociantes da feira-livre. A questão a se questionar é: por que existindo um tabelamento, uma fiscalização municipal e uma guarda municipal para punir os infratores, os feirantes não respeitavam as decisões do governo?

A resposta enseja as causas gerais deste problema, qual seja a situação econômica da própria região. A produção de gêneros alimentícios de primeira necessidades a região era insuficiente para o abastecimento das cidades que vinham crescendo a passos largos. O solo, destinado substancialmente para a produção do cacau, não era separado de modo a suprir as demandas das populações regionais de produtos como feijão, arroz, farinha, milho e etc. Os feirantes então utilizavam da condição econômica da região para promover sua própria autonomia. Sem os mal afamados atravessadores, os produtos não chagariam em quantidade à feira-local aos sábados, momento onde a cidade era abastecida de gêneros alimentícios. Para exemplificar o problema regional que estava Itabuna, permita-me mencionar um caso

¹³ *Voz de Itabuna*, 16.03.1951, p. 01. Fonte utilizada nos próximos cinco parágrafos.

ocorrido numa outra região, em uma outra cidade que não passava pelos mesmos problemas da região cacauzeira.

Trata-se de Vitória da Conquista, cidade situada no Planalto da Conquista ao sudoeste da Bahia. Lá ainda é uma região policultora, e se hoje o café é o principal produto, ainda permanece convivendo com tantas outras culturas como a criação de caprinos, a produção de hortaliças, a granja aviária, o feijão e variados tipos de verduras. Na década de 1950 existiam povoados desta localidade que viviam da produção destes gêneros alimentícios e sua zona rural tinha uma diversidade de produção. Em geral os principais produtos alimentícios eram produzidos dentro da própria região. Lá, como em Itabuna, as críticas aos feirantes eram as mesmas: exploradores, usureiros do lucro fácil, açambarcadores e etc. Entretanto invés da prefeitura estabelecer um tabelamento de preços, esta designou um funcionário para impor concorrência entre os feirantes. Como? Em 1957, o senhor Arivaldo Nascimento foi designado, entre outras coisas, para comprar produtos no interior do município e na região para vendê-los com preços justos e abaixo daqueles oferecidos pelos feirantes¹⁴.

Enquanto em Itabuna tal proposição não era possível, ou mesmo era inviável, em Conquista esta foi a forma de diminuir os preços dos produtos. Mas há algo mais sintomático: a noção de mercado livre que circulava nas cidades eram opositivas. Em Itabuna durante toda a década de 1950 não é encontrado textos promovendo a noção de livre mercado e não intervenção governamental. E o motivo é claro: eles precisavam justificar a intervenção na economia dos feirantes. Por outro lado em Vitória da Conquista, afirmava *O Conquistense* que “impossível seria tabelar os vários produtos, desde quando, em todo ramo do comércio, o preço aquisitivo está na dependência da balança da oferta e da procura. Quando esta é maior do que aquela, naturalmente o preço há de subir” – será que os governantes itabunenses não conheciam esta lei? Segundo o mesmo periódico, o que o senhor Arivaldo Nascimento fazia era uma aconselhamento aos vendedores, ao passo que propiciava uma diminuição dos preços lançando produtos no mercado.¹⁵

Desse modo é possível pensar que o poder que os feirantes de Itabuna detinham sob abastecimento interno da cidade era a causa de sua autonomia frente ao poder público municipal. E, por outro lado, a incapacidade dos governantes em apresentarem políticas de abastecimento, políticas públicas voltadas para a produção regional é que davam aos feirantes o monopólio do abastecimento da cidade. As tensões vividas entre 1950 e 1952 no que tange o tabelamento de preços e a rebeldia dos feirantes construiu uma experiência às classes

¹⁴ *O Conquistense*, 19.01.1957, p. 01 e 26.01.1957, p. 01..

¹⁵ *O Conquistense*, 26.01.1957, p. 01.

hegemônicas que acabou dando-lhe alguma lição.

Em 1952, pela primeira vez o problema *região cacaueira* aparecia no quesito abastecimento alimentício. O periódico *O Intransigente*, de propriedade de um fazendeiro, convidava os cacauicultores para reservarem parte do solo de suas terras para o cultivo de leguminosas, vegetais, do que chamavam de “gêneros de bôca”. Começava a ficar claro que o poder que os feirantes tinham estava no fato, em grande parte, deles tirarem proveito de estarem em um lugar que não produzia para o abastecimento da própria região. Frete e atravessadores, perda de produtos na viagem, dificuldade de escoamento destes produtos, estradas ruins... tudo isso poderia ser elementos que corroborassem com os altos preços cobrados pelos feirantes. Então o convite à produção é lançado na expectativa de enfraquecer a carestia:

*Preparam-se os fazendeiros locais para ocupar seu lugar na campanha do abastecimento de nossa terra (...). A preocupação pelo cacau deixou os nossos fazendeiros anestesiados (...). Dia a dia encarecem os generos de primeira necessidade e todos são convocados á produção.*¹⁶

Meses mais tarde lá estava o mesmo periódico galgando uma vitória inicial quanto a campanha para a produção regional de produtos. Em junho de 1952, *O Intransigente* afirmava poder comprar farinha à Cr\$ 2,50 o litro. Como a farinha era um medidor da alta dos produtos¹⁷, este seria um prenúncio de dias melhores. A campanha visava eliminar o custo dos atravessadores e já sinalizava a fragilidade do modelo monocultura de exportação. Dizia o editor: “temos a esperança de que em breve estaremos supridos fortemente com agricultura regional (...), porque a *lição* serviu demasiadamente para que procuremos nos suprir com abundancia de todos os generos de bôca”¹⁸ (grifo meu). A lição referida pelo editor tem duas caras como uma moeda. Lição por confiar numa riqueza advinda do cacau, mas que contemplava um minoria que podia pagar os altos preços. Lição porque a cidade “progressista e civilizada” se tornava refém de uma classe tão desprestigiada como eram os feirantes (“criminosos”, “desumanos”...).

Diferente do conhecido texto de EP Thompson sobre *a economia moral da multidão inglesa* em que os trabalhadores pobres tinham uma noção de preço justo, a prática de fixação de preços, o repúdio aos atravessadores e a crítica ao livre mercado (THOMPSON, 1998: 150-202), em Itabuna na década de 1950 estas demandas vinham das camadas hegemônicas.

¹⁶ *O Intransigente*, 29.03.1952, p. 04.

¹⁷ Em agosto de 1951, uma nota publicada no *Voz de Itabuna* se intitula “Aumento do preço da farinha – uma calamidade!” e afirma que “as transições de preços processam-se de maneira abrupta e desconcertante. A cada semana que se passa o povo é apanhado de surpresa com o encarecimento de um novo gênero”. *Voz de Itabuna*, 10.08.1951, p. 01.

¹⁸ *O Intransigente*, 14.06.1952, p. 04.

E os feirantes (trabalhadores pobres, subalternos) defendiam o livre mercado, a ausência de tabelamento e a consciência que eram feirantes, logo atravessadores.

Outra vez mais teremos de rever o colunista do *Voz de Itabuna* bradando “a experiência nos ensinou que os feireiros não respeitam decisões. São autônomos”¹⁹. Não para insistir novamente na idéia de sua insubmissão – há uma altura dessas, já muito clara. Mas para concordar com Chatterjee que “dessa maneira as pessoas estão aprendendo, e forçando seus governantes a aprender, como elas preferem ser governadas”, numa lição clara para a nossa democracia (CHATTERJEE, 2004: 160).

Referências Bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁹ *Voz de Itabuna*, 16.03.1951, p. 01.